

HISTÓRIA INTELECTUAL: ORIGEM E ABORDAGENS¹

Claudia Wasserman²

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir teoricamente sobre a natureza, as definições e as funções do intelectual nas sociedades contemporâneas. Resgata a origem do termo e propõe uma análise da relação dos intelectuais com a temporalidade. Objetiva também realizar um debate sobre as muitas maneiras de abordar este aspecto da sociedade. Finalmente, pretende fazer um breve comentário sobre a história intelectual da América Latina.

Palavras-chave: História das ideias; história dos intelectuais; história intelectual.

INTELLECTUAL HISTORY: ORIGINS AND APPROACHES

Abstract: The aim of this article is a theoretical discussion of intellectual's nature, definitions and functions in contemporary societies. Recovers the origins of the term and proposes an analysis of the relationship of intellectuals with the temporality. The article also aims at a debate about the many ways to approaching this historiographical field. Finally, intends to comment briefly on the Latin American intellectual history.

Key-words: History of ideas; History of intellectuals; Intellectual history.

“... alguém que não faz coisas, mas reflete sobre as coisas...”.

Norbert Bobbio

Introdução

O âmbito dos estudos históricos, habitualmente, denominado história das ideias, história dos intelectuais ou, simplesmente, história intelectual diz respeito às diversas interpretações sobre os agentes, as práticas, os processos e os produtos classificáveis como intelectuais. Estudos esses de importância ímpar, uma vez que os agentes – sejam

¹ Texto proveniente da pesquisa produtividade CNPq "Teoria da dependência; do nacional desenvolvimentismo ao neoliberalismo"

² Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Dra. em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Bolsista do CNPq. Email: claudia.wasserman@ufrgs.br

intelectuais, letrados, homens de cultura e saber – e suas práticas estiveram presentes e atuantes em todos os processos históricos de grande envergadura. Esses atores sociais usaram suas habilidades de discutir, argumentar, projetar o futuro a serviço de combates políticos, o que demonstra a relevância dos intelectuais nas sociedades, como detentores do poder ideológico. Essa relevância é atestada por Antonio Gramsci (1982) para quem a trajetória do intelectual pode se tornar a monografia de uma época, ou Lucien Febvre (2012), segundo o qual, uma biografia intelectual pode ser apresentada como uma história da sociedade.

Ao longo do século XX, esse extenso domínio dos estudos históricos percorreu diversos caminhos e apresentou tendências igualmente variadas, tanto no que se refere à natureza, definição e funções desempenhadas pelos agentes, como também a respeito das formas de abordagem dos intelectuais, suas práticas e produtos.

O objetivo desse artigo é discutir a natureza, definições e funções desempenhadas pelos intelectuais nas sociedades contemporâneas, as relações dos intelectuais no âmbito espaço-temporal e as principais formas de abordagem que disputaram reconhecimento nos ambientes acadêmicos. Finalmente, pretende-se tecer algumas breves considerações sobre a história intelectual latino-americana.

Definições e formas de abordagem

Começamos com a definição de Bobbio (1997): intelectual é “... alguém que não faz coisas, mas reflete sobre as coisas...”. É correto afirmar que os intelectuais têm na atitude reflexiva a parte preponderante de suas atividades. Juristas, escritores, professores, jornalistas, cientistas e políticos são sujeitos que elaboram e transmitem conhecimentos, teorias, doutrinas e diagnósticos, projetam soluções para problemas da sociedade, emitem opiniões sobre assuntos variados, constroem complexas concepções do mundo. Porém, também, ao contrário da definição de Bobbio, “fazem coisas”, tais como livros, jornais, textos dos mais variados gêneros, podendo igualmente fazer filmes, teatro, música. Assim, um produtor cultural, um artista, um cientista, um profissional liberal ou um político atua concretamente no ambiente cultural e no processo de elaboração de conhecimentos nas sociedades onde vive. No entanto, para tornar-se um intelectual, na acepção moderna do termo, não basta pensar, elaborar conhecimentos acerca da sociedade e de seus problemas ou produzir objetos culturais concretos. A definição de intelectual, independente da atividade profissional, ou da

natureza reflexiva do seu trabalho, está condicionada pela intervenção desses produtos ou elaborações reflexivas nos assuntos públicos. Nesse sentido, a diversidade de atividades e profissões impede que se observe uma lógica de especialização disciplinar no que se refere à definição do intelectual.

Assim sendo, a definição de intelectual é ampla, seja pela heterogeneidade de opiniões, de posicionamentos políticos, de atividades profissionais e de comportamentos diante dos problemas e temas da sociedade. Por isso, qualquer generalização no que diz respeito ao estudo dos intelectuais estaria fadada ao erro (Bobbio: 1997, 9).

Ao mesmo tempo, a definição de intelectual é restritiva: de um lado, por tratar-se de uma pequena parcela da população que se ocupa das atividades intelectuais e, de outro, por ser ainda menor a porção daqueles que, em se ocupando de atividades intelectuais, se comportam como tal. Assim, não obstante a grande variedade de comportamentos, posicionamentos políticos, intencionalidades e mesmo ocupações intelectuais, Jean-Paul Sartre denominou esse domínio de “pequeno mundo estreito” (1960, apud Sirinelli, 1996, p.234).

Os enfoques teóricos e as estratégias de investigação no âmbito da história intelectual são igualmente vastos e constituem objeto de contendas que remetem, sobretudo, às disputas por reconhecimento e consolidação de hierarquias acadêmicas, o que restringe e compromete as tentativas de classificar e tipificar as abordagens. É possível, entretanto, nesse variado mosaico de enfoques, compreender a contribuição específica de cada abordagem teórica ou das diferentes estratégias metodológicas para o desenvolvimento de um domínio propício aos estudos históricos.

A mais antiga das abordagens parece ser aquela que se denominou “história das ideias”. Refere aos estudos trans-históricos de ideias-unidade, praticado e teorizado por Arthur Lovejoy (1873-1962), que fundou o *Clube da História das Ideias* e o *Journal of the History of Ideas*, na John Hopkins University. Basicamente, Lovejoy buscava estudar as ideias e suas transformações através do tempo, espaço e culturas. Uma derivação dessa abordagem é a que se refere à história das ideias políticas, filosóficas, sociais etc.

Os historiadores alemães inspirados na hermenêutica de Wilhelm Dilthey (1833-1911), criaram vários domínios relacionados com a “história das ideias”, todos com métodos de estudos próprios, sendo o mais conhecido *Begriffsgeschichte*. Traduzido como “história dos conceitos”, *Begriffsgeschichte*, tem em Reinhart Koselleck (1923-2006) o principal expoente. Essa estratégia investiga um termo ao longo da história e os

diferentes significados associados ao conceito no tempo.

A “história dos intelectuais”, de tradição francesa propõe uma cartografia dos intelectuais contemplando redes de sociabilidade, filiação política, gerações, itinerários, entre outros aspectos, representada por Christophe Charle e Jean François Sirinelli.

Finalmente, a chamada “história intelectual”, vinculada aos estudos anglo-saxônicos, remete ao eixo Cambridge-Baltimore, cujos expoentes são John Pocock e Quentin Skinner, e está baseada na tradição da filosofia da linguagem, segundo a qual o discurso intelectual precisava ser interpretado a partir dele mesmo, das intenções e do contexto de enunciação. No texto “Meaning and Understanding in the History of Ideas”, um dos fundadores dessa proposta, Skinner (1969) resume seu projeto: “toda reseña de lo que un determinado agente quiso decir debe necesariamente caer dentro, o hacer uso, del rango de descripciones que el agente mismo pudo, al menos en principio, haber utilizado para describir y clasificar lo que estaba haciendo” (1969, apud La Capra, 1998, p. 250).

Dominick La Capra (1998), por sua parte, propõe que a história intelectual seja apreciada como uma subdisciplina dentro da historiografia ou de outras disciplinas como a crítica literária ou a filosofia, mas argumenta a favor de uma “especificidade relativa”. Significa, no entendimento de La Capra, dizer que a história intelectual pode explorar questões e utilizar técnicas diferentes que permitem uma articulação produtiva com a história social (p. 238).

O uso aleatório dessas denominações – história das ideias, história dos conceitos, história dos intelectuais, história intelectual, filosofia da linguagem etc. – atribuído à dificuldade em associar as nomenclaturas a domínios específicos de pesquisa (Lacerda e Kirshner, 2003, p. 29), só justifica-se quando essas denominações não são reconhecidas como diferentes estratégias de investigação.

Cada uma dessas abordagens, muito embora esteja relacionada com disputas de reconhecimento acadêmico, aprecia e prioriza questões distintas a serem consideradas, quais sejam, itinerários, redes, recepção, exegese dos textos, interlocutores, polêmicas. Por mais ampla que seja a concepção, dificilmente pode abarcar todos os aspectos dignos de serem considerados (Altamirano, 2008, 11) e “não se pode ignorar essa pluralidade de enfoques teóricos, de recortes temáticos e estratégias de investigação que animam hoje as disciplinas relativas ao mundo histórico e social, entre as quais a História Intelectual.” (Altamirano, 2007, p. 10).

Não há, portanto, um modelo para analisar as questões relativas à história intelectual. A grande variedade de nomenclaturas existentes para definir o estudo desses objetos – história das ideias, história do pensamento, história dos intelectuais, história das elites culturais, história da cultura, sociologia da cultura, história intelectual – revela tanto a preferência de cada abordagem por determinados aspectos, como diferentes modos de aproximação dos objetos em tela.

Origem do termo e caracterização na literatura

A despeito da amplitude ou restrição da definição dos intelectuais e das diferenças entre abordagens e métodos utilizados para a pesquisa sobre esses grupos, indivíduos, práticas e produtos, é possível mapear as origens do termo e os diferentes significados que foram sendo atribuídos aos intelectuais.

O termo “intelligentsia” foi usado pela primeira na Polônia pelo filósofo e escritor Karol Libelt, no livro “On Love of the Fatherland”, de 1844. O termo referia-se ao compromisso moral e patriótico de acadêmicos, professores, religiosos, engenheiros etc. A palavra foi amplamente difundida na cultura russa na época da modernização empreendida por Nicolau II, quando o jornalista Pyotr Boborykin utilizou pela primeira vez na imprensa. Segundo sua versão, o termo era originário da cultura alemã, onde era usado para designar a parte da sociedade que se dedicava à atividade intelectual. Ele acrescentou um significado especial ao termo: a definição de intelectuais como representantes da “alta cultura”, acepção que se generalizou na Europa ocidental³.

O termo intelectual apareceu quase quarenta anos depois na sociedade francesa, por meio do manifesto que exigia a revisão da acusação de traição imputada ao oficial de artilharia do exército francês, o judeu Alfred Dreyfus. Mesmo depois de descoberta a farsa que atribuiu o crime ao oficial, a xenofobia e o antissemitismo disseminados pela França impediram que Dreyfus fosse inocentado. Isso causou indignação de escritores, jornalistas, professores e artistas que fizeram publicar no jornal “L’Aurore”, sob a liderança de Emile Zola, o Manifesto dos Intelectuais, em 14 de janeiro de 1898. A partir da publicação seguiu-se um conflito entre progressistas, favoráveis a Dreyfus, e conservadores, contra Dreyfus (Marletti, 1998, p.637).

³ Para mais informações sobre inteligência russa Ver Reis Filho, Daniel Aarão (2000). Intelectuais e política nas fronteiras entre Reforma e Revolução. In Reis Filho, Daniel Aarão (org.) Intelectuais História e Política, p. 11-34.

Interessante é que a partir do episódio francês, a palavra intelectual foi utilizada não apenas para designar a condição profissional do sujeito ou ao fato de ele dedicar-se a atividades não manuais, mas, sobretudo, passou a referir-se a alguém que, dedicado a atividades assim consideradas, assume uma posição política ou ideológica e intervém nos assuntos públicos.

A alusão à existência de uma “classe culta”, notadamente representada por sacerdotes, escribas, sofistas etc. em qualquer tempo histórico não impede que se faça a distinção entre essas épocas históricas e o momento do nascimento dos intelectuais a partir da divisão social do trabalho no modo de produção capitalista. Nesse sentido, apesar da existência de “gens de lettres”⁴ em todas as sociedades históricas, só se pode mencionar *os intelectuais*, em sentido próprio, a partir da época moderna, com o desenvolvimento das forças produtivas e o rompimento das organizações corporativas (Marletti, 1998, p.638), caracterizando assim uma pluralidade de posições a respeito de uma mesma temática pública.

Assim, os intelectuais dos tempos modernos, diferente dos sábios, doutos, profetas ou mandarins, reivindicam autonomia em relação aos poderosos valendo-se de uma suposta capacidade de serem porta-vozes da opinião pública. “... progressistas ou conservadores, radicais ou reacionários, libertários ou autoritários, liberais ou socialistas, céticos ou dogmáticos, laicos ou clericais...” (Bobbio, 1997, p. 116), os intelectuais modernos exercem funções de crítica ou de legitimação da ordem, sendo a cidade o lugar por excelência de exercício dessas atividades. Ou melhor, a condição urbana é definidora do papel dos intelectuais como intervenientes nos assuntos públicos.

O tema da autonomia dos intelectuais, não apenas no sentido de posicionarem-se independentemente dos poderosos, mas também de serem provenientes de diferentes classes sociais resulta interessante para a própria definição sociológica que parece fugir dos parâmetros tipológicos convencionais. O termo não evoca multidões em parte alguma do mundo, considerado um “pequeno mundo estreito”, pode abarcar um grupo, uma categoria ou, simplesmente, indivíduos sem uma relação necessária entre as ideias que defendem e o lugar que ocupam no sistema produtivo, o que remete a uma sugestiva reflexão a respeito da “relativa autonomia” do aparato superestrutural.

A proposta de Pierre Bourdieu (1993), segundo o qual os intelectuais formam um microcosmo no mundo social regido por uma lógica específica, com suas próprias

⁴ Em referência ao ensaio escrito pelo enciclopedista Jean Le Rond D’Alembert em 1753, *Essai sur le gens de lettres*, considerado o primeiro texto moderno sobre os intelectuais.

regras, formas de reconhecimento e sanção diferentes das que governam outros âmbitos da sociedade e, portanto, autônomo, radicaliza a ideia de separação entre estrutura social e superestrutura.

As teses de autonomia do “campo” intelectual remetem, de um lado, à noção de um mundo com regras próprias, sem relação necessária com outros âmbitos da vida humana. De outra parte, recupera-se a noção do intelectual em sua “torre de marfim”⁵ como um sujeito isolado que contempla o mundo exterior, adotando uma atitude de indiferença e de distanciamento, com rejeição ao compromisso social. As duas proposições evidenciam fragilidades no plano real: se a definição de intelectual não está dada pelas atividades exercidas por aqueles que se ocupam do “mundo das ideias”, mas pela função que exercem na sociedade, assim também não é admissível a existência de intelectuais isolados em suas atividades e sem envolvimento com os assuntos públicos⁶. Além disso, a autonomia dos intelectuais, como indivíduos ou como grupo, precisa ser relativizada no sentido de que não há um plano das ideias completamente independente dos demais aspectos da sociedade.

Em relação à autonomia, Gramsci distinguia entre os chamados “intelectuais tradicionais” e “intelectuais orgânicos”. Os primeiros “... consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante... toda a filosofia idealista pode ser facilmente identificada com essa posição... a utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser “independentes”, autônomos, revestidos de características próprias etc.” (Gramsci, 1982, p. 6). Os intelectuais orgânicos seriam, nessa acepção, provenientes da classe social que os gerou como especialistas e como dirigentes, sujeitos que ocupam posição estratégica para buscar hegemonia do grupo social o qual pertencem.

O tema da autonomia é suplantado pelas diversas e complexas abordagens da história intelectual⁷ que permitem conectar o itinerário de uma vida humana com os múltiplos contextos que lhe fornecem sentido (Aguirre Rojas, 2010, p. 6), e, ao mesmo tempo, pela compreensão de quanto uma biografia intelectual ou o percurso de um

⁵ O uso da expressão “torre de marfim” pode ser encontrado em Charles Augustin Sainte-Beuve, um crítico literário francês, que usou o termo “*tour d’ivoire*” para descrever a atitude poética de Alfred de Vigny em contraste com o mais socialmente engajado Victor Hugo.

⁶ Todos os homens são intelectuais..., mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais (Gramsci, 1982, p. 7).

⁷ Segundo Aguirre Rojas (2010) estão entre essas abordagens a crítica textual, análise de redes, investigação de microhistória, entre outras (p. 6)

grupo de intelectuais, uma ou várias obras, são capazes de modificar ou renovar profundamente esses contextos.

Assim, o estudo dos intelectuais extrapola as análises baseadas exclusivamente na relação entre os sujeitos e as estruturas econômico-sociais, bem como supera aquelas abordagens que procuram estabelecer uma autonomização irrestrita desses agentes.

Intelectuais e os lugares de sociabilidade

Superada a questão da autonomia dos intelectuais, constata-se, não obstante, que há ambientes que são distintivos desses atores sociais, com regras e características específicas. Significa dizer que o “pequeno mundo estreito” o qual se referia Jean-Paul Sartre, a despeito de sua enorme variedade de tipos, reunia-se em locais definidos pelo contexto cultural da época. Chamados de “estruturas de sociabilidade” (Sirinelli, 1996, 248), esses ambientes podem ser as revistas, os conselhos editoriais, as universidades, os centros de estudos e pesquisas, os núcleos de análise de conjuntura, os jornais de grande circulação, as associações de escritores, as sociedades científicas, os círculos literários, os clubes de artistas plásticos etc. Poder-se-ia listar uma infinidade de lugares onde se exerce uma atividade relacionada com a elaboração de ideias, princípios, diagnósticos e receituários a respeito dos assuntos públicos. Porém, isso não basta para transformar um lugar em uma estrutura de sociabilidade intelectual. A definição de “estrutura de sociabilidade” remete aos demais fatores a considerar, para além do lugar (espaço físico) onde os intelectuais se reúnem.

Esses fatores dizem respeito às relações que os atores sociais estabelecem entre si e com a sociedade. As relações que os intelectuais estabelecem entre si no âmbito das estruturas de sociabilidade são complexas e podem ser resumidas em ao menos dois fatores: estratificação e formação de redes.

As redes correspondem aos vínculos que unem os intelectuais em torno de uma estrutura de sociabilidade, sendo a última representada pelas revistas, universidades, associações, jornais etc. e as redes representadas pelas relações dos seus membros. Na base da formação das redes intelectuais estão presentes as conexões constituídas a partir dos itinerários, das gerações e das afinidades.

Os laços entre intelectuais podem constituir-se a partir de uma mesma origem – escola secundária, faculdade, partido político, exército etc. – compondo uma matriz comum a partir da qual diversos atores trilham um itinerário semelhante. A noção de

geração não se refere tanto aos nascidos em uma mesma época, mas está relacionada com marcos, episódios e processos históricos vividos por indivíduos de diferentes idades e cujas vidas foram impactadas por essas ocorrências.

Na base da formação de redes está ainda a questão das afinidades, amizades, desafetos, polêmicas. Um grupo que frequentou a mesma escola, fundou uma revista, participa de uma associação ou partido político pode construir laços de amizade, casamento, compadrio e acabar compartilhando as mesmas ideias. Ao mesmo tempo, crescem nesses ambientes os desafetos, as polêmicas e desavenças em torno de ideias. Uma outra característica das redes diz respeito ao âmbito, que pode ser local, nacional ou planetário. Seus componentes podem ter contato direto nas estruturas de sociabilidade ou ter conhecimento uns dos outros e contatos através de cartas, livros, manifestos, periódicos, congressos virtuais ou redes sociais.

O conceito de “grupo”, decorrente da noção de redes é instrumento propício para história intelectual: “... existem grupos culturais muito importantes que têm em comum um corpo de práticas ou um *ethos* que os distinguem... sua importância... é grande: naquilo que eles realizaram, e no que seus modos de realização podem nos dizer sobre as sociedades com as quais eles estabelecem relações, de certo modo, indefinidas, ambíguas” (Williams, 1999, p. 140).

Outro fator importante sobre o relacionamento entre intelectuais, seja nas redes ou nos grupos, diz respeito à estratificação decorrente da existência de uma hierarquia neste domínio. Significa dizer que alguns indivíduos obtêm mais prestígio e atenção, ocupam posições proeminentes, alcançam o centro e adquirem maior reputação; há sempre uma franja de maior visibilidade e audiência (Randall Collins: 2000). Então, quando se faz alusão à importância e influência dos intelectuais, se está referindo a esse grupo menor ainda do que aquele que compõe todo o universo dos homens de cultura, uma minoria com relação ao grupo mais amplo, que já é uma confraria.

No topo da pirâmide estão as figuras estelares, as autoridades culturais que atingem uma dimensão pública e moral. A base está povoada por figuras menores ou aspirantes que ainda não obtiveram o reconhecimento dos pares, estão destinados a reafirmar as hierarquias estabelecidas. Assim, quando se almeja entender o ambiente intelectual de uma sociedade, é preciso reconhecer igualmente a existência de uma “periferia intelectual”, ou seja, a existência de autores marginais, que na maior parte das vezes corrobora para a consolidação das hierarquias tais como elas estão estabelecidas. Alguns autores marginais, no entanto, desafiam ou ignoram as autoridades centrais,

colocando em cheque as hierarquias instituídas ou apregoando ideias alternativas. Aqui é pertinente o uso da noção de “elite intelectual”, ao mesmo tempo, que parece evidente a ideia de “vanguarda intelectual” para designar aqueles que pretendem fazer valer ideias alternativas.

Um fator preponderante para o estabelecimento das hierarquias refere-se às relações entre os intelectuais e os Estados, seja através das instituições públicas de cultura, seja pelos cargos públicos ou pelo reconhecimento por parte do Estado de órgãos de classe. As estruturas institucionais que operam no mundo intelectual – museus, comissões, bibliotecas etc. – exercem “... efectos contradictorios sobre el campo intelectual dado que, si bién estás proveen de recursos, pueden constituirse también en mecanismos para el control estatal de los intelectuales y la cultura.” (Fiorucci, 2011, 18).

Nesse sentido, os debates que ocorrem no ambiente intelectual de cada sociedade envolvem não apenas contendas pela afirmação dos princípios, ideias, projeções e diagnósticos considerados como os mais adequados para a sociedade, mas também refletem a ocorrência das disputas por demarcação, reconhecimento e, em alguns casos, pela obtenção de recursos.

Intelectuais e a relação com o tempo

Quer se trate de analisar a trajetória de um intelectual, quer se trate de estudar grupos de intelectuais, são vários eixos temporais imbricados nessa esfera. Os intelectuais são chamados a intervir no presente, o que pressupõe contemporaneidade: “Toda vez que a cena política é atravessada por uma ação que sai fora dos esquemas habituais, volta ao palco com particular força o tema da relação entre os intelectuais e a política..., repondo-se o debate sobre a responsabilidade dos homens da cultura perante os problemas cruciais do seu tempo” (Bobbio, 92).

No entanto, “os problemas cruciais do seu tempo” pressupõe várias temporalidades superpostas, onde a contemporaneidade é apenas uma delas. As conjunturas de crise – sejam guerras, revoluções ou graves problemas econômicos – produzem uma aceleração do tempo histórico, que implica mudanças profundas nas sociedades. Nesses contextos críticos, as disputas intelectuais se agudizam. Os intelectuais embarcam então em batalhas públicas e os debates ficam subsumidos a uma

luta: a preservação ou a mudança social. Nesse ambiente, o presente torna-se passado e o futuro ou a sua projeção protagonizam a cena.

A própria origem da intervenção pública dos intelectuais esteve relacionada com essa projeção do futuro, ou com a aceleração do tempo histórico, a partir da ideia de progresso, quando se adquiriu a consciência da capacidade de transformação do mundo. Os homens de cultura já estavam antecipando o futuro, planejando, perscrutando o amanhã. Nos cenários críticos, os intelectuais são capazes de explicar a aceleração do tempo. Ideias que pareciam fora do lugar – ou do tempo – passam a fazer sentido, bem como as propostas de transformação ou conservação da sociedade também adquirem significado nos discursos intelectuais. O futuro ou a sua projeção são, nesse sentido, o alvo temporal predominante nos períodos de crise e de aceleração do tempo histórico.

Outro tema relativo à temporalidade a ser considerado no âmbito dos estudos de história intelectual diz respeito à noção de geração. Uma mesma “geração” de intelectuais partilha a experiência espaço-temporal do presente e enuncia o porvir. Ao mesmo tempo, uma sequência de gerações remete à ideia de predecessores: “As ações dos homens são fundadas na duração e se nutrem de visões do passado e de antecipações do futuro.” (Avelar: 2012, p. 137).

Em geral, para fortalecer os argumentos a favor ou contra as transformações sociais, os intelectuais – assim como os políticos – buscam no passado as justificativas para suas propostas. As circunstâncias “legadas e transmitidas pelo passado... oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos” (Marx, 1869). O significado desta “ressurreição dos mortos” encontra-se na superposição de temporalidades pressupostas nas atividades do mundo da cultura. A intelectualidade nutre-se da tradição para evocar os “espíritos do passado”, revividos para afiançar a transformação proposta ou a perpetuação de uma situação. Aguirre Rojas pondera, a respeito das trajetórias individuais de intelectuais, sobre a necessidade de considerar “...las diferentes líneas temporales que se condensan en su personal periplo biográfico o biográfico intelectual, y que abarcan desde los acontecimientos y sucesos más inmediatos, hasta las estructuras de larga y muy larga duración, junto a las coyunturas, cortas, o medianas, o más amplias, que sobre determinan e influyen en ese mismo periplo biográfico ...” (Aguirre Rojas, 2010, p. 6).

Nesse sentido, a história intelectual – biografias intelectuais e/ou itinerários de grupos – poderá fornecer uma chave para explicação das sociedades no tempo: os problemas do seu tempo (contemporaneidade), com base na experiência (passado), projetando expectativas de porvir (futuro).

Alguns comentários sobre intelectuais na América Latina

A abordagem da história intelectual latino-americana refere-se, sobretudo, aos autores que ultrapassaram as fronteiras do Estado nação em suas análises e que estiveram preocupados com as regularidades e com as diferenças regionais, sub-regionais e continentais.

Apesar do avanço das ciências sociais latino-americanas nas últimas décadas, particularmente o avanço referente à história da América Latina, ainda não existe um mapeamento das características e avanços da história intelectual da região. O subcontinente latino-americano ainda resente-se da ausência dessas abordagens, caminho que vem sendo trilhado por Eduardo Devés Valdes (2000, 2003, 2004), por exemplo, vinculado ao pensamento filosófico da América Latina e com enfoque para as temáticas intelectuais predominantes da região. Carlos Altamirano e Jorge Myers (2008) realizam em “História de los Intelectuales en América Latina” um esforço semelhante ao de Eduardo Devés Valdes para desenvolver uma história geral do pensamento latino-americano, sobretudo, de suas “elites culturais”, termo definido pelos organizadores dos dois volumes da coleção. O último volume da coleção da UNESCO, coordenado por Estevão Rezende Martins (1999) trata de “Teoria e Metodologia na História da América Latina” e aborda os grandes temas que mobilizaram a intelectualidade e a historiografia latino-americana. Outro trabalho que se refere à história intelectual, mais voltado para a historiografia, é “A História na América Latina”, um livro de Jurandir Malerba (2009), resultado ampliado do estudo para a UNESCO, que aborda preferencialmente autores brasileiros. Carlos Aguirre Rojas (2001) tem um artigo intitulado “El largo Siglo XX de la historiografía latinoamericana contemporánea (1870-2025)” onde estabelece uma periodização para o percurso dos estudos históricos na América Latina na contemporaneidade e indica os grandes temas que mobilizaram os historiadores da região. Um texto de Charles Hale (1991) intitulado “Ideas políticas y sociales en America Latina 1870-1930” e que apareceu no volume oito da “História da América Latina” da Cambridge University, coordenado por Leslie Bethell (1991) tem a virtude de abordar as grandes correntes de pensamento no período proposto, tais como liberalismo, positivismo, idealismo etc. com alguma informação sobre autores e obras. Um volume coordenado por Leopoldo Zea (1986), “América Latina en sus ideas” foi praticamente pioneiro na análise das frequências temáticas (Jaime Jaramillo Uribe), do

pensamento filosófico (Andrés Roig), do pensamento religioso (Samuel Silva Gotay), entre outros. “O espelho de Próspero”, de Richard Morse (1988), procurava definir uma zona conflituosa entre as “tradições culturais latino-americanas” e o projeto da modernidade. Para dar continuidade ao projeto de Morse, surgiu a coletânea “El Complejo de Prospero”, dirigida por Felipe Arocena e Eduardo de León (1996) e que dá prosseguimento à polêmica sobre a modernidade e a tradição na América Latina. Uma coleção de quatro volumes, intitulada “Teoria Social Latinoamericana”, coordenada por Ruy Mauro Marini e Mária Millán (1994) contribui com a análise de correntes de pensamento, propostas políticas, autores e obras, sobretudo ligados ao pensamento crítico. Roberto Fernández Retamar (2006), em “Pensamiento de nuestra América, autoreflexiones y propuestas”, desenvolve uma argumentação sobre o pensamento crítico latino-americano e sua relação com os grandes processos que impactaram a região, tais como independências, lutas anticolonialistas, revoluções.

A Revista Prisma, da Universidad Nacional de Quilmes, na Argentina, publicada desde 1997 é resultado de um projeto de expansão dos estudos de história intelectual que se propõe a divulgar “ideias e linguagens ideológicas, obras de pensamento e produções simbólicas, ou que utilizem metodologias que atendam aos procedimentos analíticos da história intelectual” (site da Revista, acesso em março de 2015, In <http://www.scielo.org.ar/revistas/prismas/paboutj.htm>).

Esse panorama, que contempla estudos sobre história intelectual especificamente latino-americana, abstraindo o potencial da história intelectual de cada um dos países da América Latina, é suficiente para registrar a existência de variadas manifestações e diferentes abordagens, seja no plano da história das ideias, história dos intelectuais ou história do pensamento político, filosófico, histórico etc.

Os múltiplos esforços por desenvolver esse âmbito dos estudos históricos e as excelentes análises de história intelectual existentes em cada país da América Latina não são, entretanto, suficientes para suprir a ausência de uma história intelectual latino-americana. Entre os motivos da inexistência de uma satisfatória história geral da história intelectual da América Latina podem-se destacar os recentes e insuficientes processos de recuperação, organização e conservação dos arquivos e acervos documentais; uma tardia institucionalização das ciências sociais e históricas na América Latina; a pouca tradição no cultivo da história intelectual e da historiografia; um apego mais intenso às trajetórias históricas nacionais e as dificuldades em ultrapassar estas fronteiras; entre outros (Aguirre Rojas, 2001, p. 77-79). O frequentemente mencionado

apego dos historiadores locais às perspectivas teóricas e da escrita da história organizadas pelas historiografias centrais pode ter impacto no escasso desenvolvimento desse âmbito dos estudos históricos na América Latina, mas, por outra parte revela uma vocação cosmopolita e universalista das ciências sociais da região, o que é positivo.

Em texto destinado a discutir criticamente as comemorações dos 500 anos da conquista espanhola na América, Agustín Cueva (1992) responde às provocações de Octavio Paz (1990) e reitera que a intelectualidade latino-americana nunca renunciou à cultura ocidental, à língua espanhola, aos autores e influências universais, mesmo quando buscava a valorização de povos ancestrais ou quando procurava encontrar instrumentos originais para entender a realidade latino-americana.

Nesse sentido, certifica a tese de Eduardo Devés-Valdes (2000) de que um dos traços distintivos da intelectualidade latino-americana foi a oscilação entre identidade e modernização. Diferentes e contraditórias consignas como as de Domingos Faustino Sarmiento, *Civilização X Barbárie*, e de José Martí, *Nuestra América Mestiça*, estão na base de todo o moderno pensamento latino-americano e atestam essa característica pendular entre a admiração e a influência recebidas dos centros hegemônicos, de um lado, e a valorização e a busca do que é distintivo, próprio e original, de outro.

Os anos 1970, apesar de marcados pela censura, pela repressão, e por um ambiente adverso ao desenvolvimento de uma intelectualidade talentosa, criativa, erudita, assistiram ao surgimento de um corpus teórico original, elaborado especialmente para compreender a realidade latino-americana em particular e, periférica como um todo. As diversas correntes da Teoria da Dependência procuravam compreender polarizações como desenvolvimento/subdesenvolvimento ou centro/periferia.

Em suma, os temas predominantes dos debates intelectuais latino-americanos e a intervenção dos intelectuais da América Latina no espaço público estiveram informados pelo interesse de compreender as dimensões mais visíveis e brutais da realidade subcontinental, tais como o atraso, a dependência, as ditaduras, o populismo. Ademais, verifica-se uma tendência a compreender a realidade latino-americana como incompleta, inacabada e frustrada, impregnada de desvios e deformações, como resultado da comparação com os processos análogos ocorridos nos países europeus ou nos Estados Unidos, apresentados como completos, acabados, sem desvios, deformações ou frustrações. Observa-se também uma crescente preocupação na elaboração de teorias sociais próprias para compreensão de realidade singular e original.

Seja como for, a análise dos itinerários, redes, estruturas de sociabilidade e hierarquias no caso dos intelectuais da América Latina sugere que os grandes eixos explicativos da realidade subcontinental – modernização sarmentiana, a identidade martiniana ou diagnóstico dependentista – não apenas impactaram a produção do conhecimento histórico. Também disputaram e disputam até hoje a primazia na explicação, nos diagnósticos acerca da realidade e das soluções dos problemas latino-americanos, provocando efeitos na luta política e na disputa dos projetos de futuro, inclusive no campo da implementação das políticas públicas, relativas ao desenvolvimento e à diminuição do atraso e da dependência. Estou me referindo, portanto, às tensões que as disputas intelectuais desencadearam no tempo e que nos atingem diretamente.

Nesse sentido, a despeito das dificuldades de definição da natureza e das funções dos intelectuais e, mesmo considerando a multiplicidade de abordagens possíveis, a história intelectual pode fornecer pistas muito concretas sobre as sociedade e seus problemas ao longo da história.

Bibliografia

AGUIRRE ROJAS, Carlos António. (2001) El largo siglo XX de la historiografía latino-americana. In AGUIRRE ROJAS, Carlos António. *América Latina, História y presente*. Morelia: Red Utopia.

AGUIRRE ROJAS, Carlos António. (2010) *Retratos para la historia*. Ensayos de contrahistoria intelectual. Havana: ICAIC.

ALTAMIRANO, Carlos & MYERS, Jorge (dir.). (2008) *História de los intelectuales en America Latina*. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz ed.

ALTAMIRANO, Carlos. (2007) *Ideias para um programa de História intelectual*: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, junho/2007.

AROCENA, Felipe & LEÓN, Eduardo (1996). *El complejo de prospero*. Montevideu: Vinten Editor.

AVELAR, Alexandre de Sá. (2012) *Biografia e ciências humanas em Wilhelm Dilthey*. Revista História da Historiografia, Ouro Preto, n. 9, Agosto, 2012.

BOBBIO, Norberto. (1997) *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP.

BOURDIEU, Pierre. (1993) *The field of Cultural Production*. Columbia University Press.

CHARLE, Christophe. (1990). *Naissance des "intellectuels" (1880-1990)*. Paris: Les éditions de minuit.

CHARLE, Christophe. (2012) *A gênese da sociedade do espetáculo*. São Paulo: Cia das Letras.

COLLINS, Randall. (1998) *The Sociology of Philosophies: A Global Theory of Intellectual Change*. Cambridge: Harvard University Press.

CUEVA, Agustín. (1992) *Falacias y Coartadas del Quinto Centenario*. Texto mimeografado.

DEVÉS-VALDES, Eduardo. (2000) *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950)*. Buenos Aires: Editorial Biblos.

DEVÉS-VALDES, Eduardo. (2003) *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Desde la CEPAL al neoliberalismo*. Buenos Aires: Editorial Biblos.

DEVÉS-VALDES, Eduardo. (2004). *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Entre la modernización y la identidad*. Buenos Aires: Editorial Biblos.

FAUSTINO SARMIENTO, Domingos. (1952) *Facundo o civilización y barbarie*. Buenos Aires: Editorial Sopena, 5 ed. Primeira edição de 1845.

FEBVRE, Lucien. (2012) *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Três Estrelas.

FERNANDEZ RETAMAR, Roberto. (2006) *Pensamiento de nuestra América Autoreflexiones y propuestas*. Buenos Aires: Clacso.

FIORUCCI, Flavia. (2011) *Intelectuales y peronismo*. Buenos Aires: Biblos.

GRAMSCI, Antonio. (1982) *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HALE, Charles. (1991)) Ideas políticas y sociales en América Latina, **1870-1930**. In BETHELL, Leslie (ed.) *História de América Latina*, volume 8 Barcelona: Editorial Crítica

JACOBY, Russel. (1999) *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Edusp.

LA CAPRA, Dominick. (1998) Repensar la história intelectual y leer textos. In PALTÍ, Elias José. (1998) *Giro Lingüístico e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad de Quilmes.

LACERDA, Sonia & KIRSHNER, Tereza Cristina. (2003) Tradição intelectual e espaço historiográfico ou porque dar atenção aos textos clássicos In LOPES, Marco Antônio. (2003). *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto.

LOPES, Marco Antônio. (2003). *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto.

MALERBA, Jurandir. (2009) *A História na América Latina*. Ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV.

MARINI, Ruy Mauro & MILLÁN, Margara. (1994) *La teoría Social Latinoamericana*. México: El Caballito. 4 volumes.

MARLETTI, Carlo. (1998) Intelectuais In BOBBIO, Norberto & Outros. (1998) *Dicionário de Política A-K*. Volume 1. Brasília: Universidade de Brasília.

MARTÍ, José. (1991) *Nossa América. Antologia*. São Paulo: Hucitec, Os escritos de Martí inseridos nessa antologia datam de 1881 até 1895.

MARTINS, Estevão de Rezende & BRIGNOLLI, Héctor Perez. (dir.). (1999) *História General de América Latina*. UNESCO. Volume 9.

MARX, K. & ENGELS, F. (1869) O dezoito do Brumário de Luiz Bonaparte In *Obras Escolhidas de Marx e Engels em 3 Tomos*, Editoria Avante!, Tomo I.

PALTI, Elias José. (1998) *Giro Linguístico e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad de Quilmes.

PAZ, Octavio. (1990) *La celebración del V Centenario del descubrimiento*, El día, México, 12 de diciembre de 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão (2000). Intelectuais e política nas fronteiras entre Reforma e Revolução. In REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) *Intelectuais História e Política*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

SIRINELLI, Jean-François (1996). Os Intelectuais. In RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV.

SKINNER, Quentin. (1969) *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. History and Theory, 8.

WILLIAMS, Raymond (1999). *A Fração Bloomsbury*. Plural, Sociologia, USP, 6, 1 semestre.

ZEA, Leopoldo. (1986) *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI.

Data de recebimento: 16/04/2015.

Data de aceite: 03/08/2015.